

Regime Jurídico dos Non-Fungible Tokens

2022

Francisco Chilão Rocha



REGIME JURÍDICO DOS NON-FUNGIBLE TOKENS

AUTOR

Francisco Chilão Rocha

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.º 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

DPS - Digital Printing Services

Maio, 2022

DEPÓSITO LEGAL

497619/22

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

ROCHA, Francisco Chilão

Regime jurídico dos Non-Fungible Tokens. – (Ideias jurídicas)

ISBN 978-989-40-0463-9

CDU 346

ÍNDICE

1. Introdução	5
2. Ecossistema dos criptoativos	11
2.1. Blockchain	11
2.1.1. Contexto histórico e conceito	11
2.1.2. Bitcoin	16
2.1.3. Ethereum	22
2.1.4. Tokens	27
2.1.5. Dificuldade de configuração de um token	33
2.1.6. Non-Fungible Token (NFT).....	36
3. Regulação	43
3.1. Conceito de criptoativo.....	43
3.1.1. Conceito de criptoativo enquanto moeda	43
3.1.2. Conceito de criptoativo enquanto valor mobiliário	54
3.2. Regulamento MiCA.....	59
3.2.1. Ofertas Públicas de Criptoativos.....	61
3.2.2. Prestação de Serviços de Criptoativos ..	65
3.3. Diretiva AML5.....	66
3.4. Direito Comparado	71
3.4.1. Reino Unido.....	71

REGIME JURÍDICO DOS NON-FUNGIBLE TOKENS

3.4.2. França	74
3.4.3. Alemanha	78
4. Usos e Riscos.	81
4.1. Propriedade Intelectual.	81
4.1.1. Direito de Autor e Direitos Conexos:	
Considerandos Vários	81
4.1.1.1 Obra	81
4.1.1.2 Titularidade e Propriedade	84
4.1.1.3 <i>Royalties</i>	88
4.1.1.4 Principais Críticas: Contrafação e Uso Ilegítimo	89
4.1.1.5 Responsabilidade	93
4.1.2. Propriedade Industrial: Registo de Marca	95
4.2. Tributação.	99
4.2.1. IVA	99
4.2.2. IRS	103
4.3. Proteção de Dados	109
4.4. Direito do Consumo.	118
5. Conclusão	129
Bibliografia	131